

Clipping CARF

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

O Estado de S.Paulo

Coluna - Eliane Catanhêde

O Estado de S. Paulo - 27/01/2016

DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA... E QUEM É MESMO O MINISTRO DA SAÚDE?

Deu "zika" na Saúde

O carnaval nem começou e a Olimpíada será só no segundo semestre, mas o mosquito *Aedes Aegypti* já está sambando e batendo um bolão pelo Brasil afora. Em 2014, o País passou a conviver com o vírus chikungunya. Em 2015, bateu o recorde histórico de casos de dengue. Em 2016, já começou o ano com o zika vírus nas manchetes e contabilizando mais de 3 mil casos de microcefalia. Espantoso!

A dengue existe desde sempre no mundo, o chikungunya também não é exclusividade brasileira, o zika vem se espalhando por mais de 20 países e a febre amarela está controlada. (Ela também é transmitida pelo *Aedes*, mas com uma diferença vital: há vacina eficaz.) O mais espantoso, portanto, é tudo isso junto e o Brasil chegara esse estado de calamidade tendo quem tem no Ministério da Saúde.

Enquanto as cúpulas do PT, do PMDB e do PP se refestelavam no mensalão, na Petrobrás, em outras estatais, no **Carf**, na edição de medidas provisórias, nos fundos de pensão e na relação do BNDES com as "campeãs nacionais", tudo o que sobrou para empurrar na Saúde foi Marcelo Castro.

Quem é mesmo esse cidadão? Um médico renomado, respeitado e admirado pela própria categoria? Especialista de um dos centros de excelência do Brasil, com experiência comprovada em saúde pública? Ou um político com grande liderança? Nada disso. Marcelo Castro é um médico sem currículo, um político medíocre, um deputado do "baixo clero", que só virou o que virou porque o inexpressivo líder do PMDB, Leonardo Picciani, indicou e a errática presidente da República, Dilma Rousseff, nomeou. Agora, aguentem! Ou melhor: agora, brasileiros, aguentem!

Sem ter o que dizer aos cidadãos, apavorados com dengue, zika e chikungunya, e aos especialistas em Saúde, que precisam de orientação, coordenação, recursos e decisão política, o nosso Marcelo Castro se dedica a... falar, falar e falar sobre o que não sabe. Na falta do que dizer, improvisa.

Primeiro, horrorizou brasileiros e brasileiras ao "torcer" para que as mulheres pegassem o zika ainda meninas: "Vamos torcer para que mulheres, antes de entrar" no período fértil, peguem a zika, para elas ficarem imunizadas pelo próprio mosquito. Ai, não precisa da vacina". Agora, chocou o mundo e irritou Dilma ao dizer uma singela verdade: "nós estamos com o *Aedes* há décadas aqui e estamos perdendo feio a batalha para o mosquito". A Organização Mundial da Saúde (OMS) desconversou, considerando a fala do ministro brasileiro "algo fatalista". E Dilma descabelou-se. Mas a culpa de ter um ministro desses é de quem?

O Brasil discute com os Estados Unidos um acordo de cooperação visando ampliar pesquisas comuns sobre vacina da dengue para uma futura vacina contra o zika, com participação de outros países que se interessarem. Mas isso, repita-se, é coisa para o futuro.

No presente, a situação é fora de controle, com as grávidas brasileiras querendo fugir para locais mais seguros e os estrangeiros refletindo se é mesmo o caso de vir para o carnaval e a Olimpíada, com dengue sambando, chikungunya em campo, zika treinando dia e noite e um ministro da Saúde que é um caso para junta médica.

Depois do mensalão, do petrolão, da Zelotes, do escândalo do **Carf**, de Eduardo Cunha na presidência da Câmara, Renan Calheiros na do Senado e Picciani na liderança do maior partido... Marcelo Castro é a personificação da falência não de um governo, mas de um sistema.

Conselhão. Dilma reúne na quinta-feira ministros, pesos-pesados das finanças, líderes da indústria e do comércio, o homem mais rico do Brasil e até o nosso Wagner Moura. Para que, além da foto? Ela tem de conciliar combate à recessão e à inflação; dar crédito para quem não quer crédito; agradar aos gregos do pragmatismo e aos troianos alinhados com o PT. No fim, combinar com os russos: o Congresso. Vai dar certo?

O Globo

Erenice Guerra atuou com advogado preso na Zelotes

O Globo - 27/01/2016

*José Ricardo integrava o **Carf** durante parceria de escritórios de advocacia*

A ex-ministra Erenice Guerra confirmou em depoimento à Polícia Federal, em dezembro, a atuação conjunta de seu escritório de advocacia e o de José Ricardo da Silva, preso na Operação Zelotes, enquanto ele ainda integrava o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), ligado ao Ministério da Fazenda. Ministra da Casa Civil de abril a setembro de 2010, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, Erenice foi ouvida no inquérito sobre a suposta compra de medidas provisórias que prorrogaram incentivos fiscais a montadoras.

O jornal "Folha de S.Paulo" publicou ontem informações sobre o depoimento de Erenice à Polícia Federal, e o Jornal Hoje, da TV Globo, teve acesso à íntegra do depoimento, do dia 12 de dezembro passado. Erenice negou ter recebido oferta de propina para interferir em medidas provisórias, mas admitiu a atuação conjunta dos escritórios de advocacia. O contrato era para solucionar uma grande dívida da empresa chinesa Huawei, que terminaria justamente no **Carf**. No depoimento, a ex-ministra foi perguntada se considerava ética a subcontratação de advogados para atuar no órgão em que eram conselheiros.

Ela afirmou que conversou diversas vezes com José Ricardo, e que ele insistia que não havia impedimento para advogar junto ao **Carf**, mesmo sendo conselheiro do órgão. Erenice afirmou que seu irmão e sócio no escritório de advocacia, Antonio Eudacy Alves de Carvalho, pediu a ela para ajudar na nomeação de José Ricardo para conselheiro do **Carf**. Ela disse que não tinha influência para isso e que só se lembrou de ter recebido esse pedido quando já tinha deixado o cargo de ministra da Casa Civil e teve seu sigilo de emails quebrado em uma investigação sobre suposto tráfico de influência, que foi arquivada.

Correio Braziliense

MP propõe delação por e-mail

Correio Braziliense - 27/01/2016

(EM)

O Ministério Público Federal propôs uma conversa com o objetivo de tentar um acordo de delação premiada para um dos réus da Operação Zelotes por correio eletrônico. O advogado Getúlio Humberto Barbosa de Sá, que defende José Ricardo Silva, ex-integrante do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) acusado de ser um dos lobistas que pagaram propina para conseguir a aprovação da Medida Provisória 471 e obter a extensão de benefícios fiscais para montadoras como a Mitsubishi, relatou ao Correio que recebeu uma mensagem do procurador Frederico Paiva avisando de uma conversa com seu cliente. "Doutor Frederico

mandou um e-mail para meu escritório dizendo que ia ouvi-lo lá (na penitenciária da Papuda)", disse. A mensagem não falava diretamente em delação premiada, segundo Barbosa de Sá. "Falou que podia ver alguma benesse que a lei confere para quem quiser colaborar com a Justiça". A conversa também foi "em termos genéricos", segundo o defensor. "Falamos para ele que não temos interesse em colaborar porque não existe nada a colaborar." Barbosa de Sá disse ao Correio que, "a princípio" e "no momento", José Ricardo não fará delação nem mesmo confissão espontânea. O advogado do lobista Mauro Marcondes, Roberto Podval, também disse que o Ministério Público o procurou para oferecer delação, mas depois a PGR recuou.

A assessoria do MPF disse que não comenta tratativas por colaborações premiadas. Ontem, Paiva disse ser difícil comprovar a participação de parlamentares no esquema de compra de MPs. O procurador relatou um saque de R\$ 1 milhão na boca do caixa. Segundo ele, com uma "mochila" de dinheiro na rua, fica difícil rastrear o destinatário final. Novos depoimentos na 10ª Vara Federal de Brasília defenderam a legalidade do lobby. O consultor Paulo Kramer afirmou que a atividade não pode ser confundida com o crime, como os praticados por Marcos Valério Fernandes de Souza, publicitário condenado como operador do mensalão. O juiz Vallisney Oliveira determinou prazo até 5 de fevereiro para a presidente Dilma Rousseff e outras testemunhas arroladas com foro privilegiado, como senadores e deputados, prestarem declarações por escrito no processo. Em depoimento à PF, a ex-ministra Erenice afirmou que fez negócios com José Ricardo. De acordo com Barbosa de Sá, os negócios se referiam a consultoria e defesa jurídica da empresa chinesa Huawei perante o **Carf**, mas em um órgão no qual seu cliente não participava como julgador.

Blog do Luis Nassif

Paulo Pimenta diz que investigará cela de empresária na PF

27/01/2016

Enviado por José Carlos Spin
Da Rede Brasil Atual

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara recebeu denúncia de que Cristina Mautoni sofreu maus-tratos e quer apurar se houve abuso para que o marido fosse pressionado a fazer delação

por Hylde Cavalcanti

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), afirmou há pouco que não é porque a Polícia Federal transferiu a esposa do lobista Mauro Marcondes Machado, Cristina Mautoni, para uma outra cela, que ele vai desistir de visitar e inspecionar o local onde a detenta se encontrava anteriormente. Pimenta fez um pedido ao juiz que coordena as ações referentes à Operação Zelotes, Vallisney de Souza Oliveira, para visitar Cristina ontem (25), porque a comissão recebeu denúncias de que ela estaria recebendo tratamento incompatível com sua condição física. Ela se recupera de cirurgia e encontra-se em cadeira de rodas.

O pedido formal que o deputado encaminhou ao magistrado representando a Comissão de Direitos Humanos foi, por sua vez, enviado ao Ministério Público Federal para avaliação. A Polícia Federal divulgou, na tarde de hoje (26), que a empresária ficou numa sala onde são instalados todos os detentos recém-chegados e onde, de fato, não existe sequer um banheiro, mas logo depois teria sido transferida para outro local que é o mesmo onde ficou o senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

O órgão destacou, ainda, por meio de um memorando, que fez o pedido de detenção da ré porque não encontrou qualquer problema em suas condições de saúde que a obrigasse a cumprir prisão domiciliar. A informação é contestada pela defesa da empresária.

Paulo Pimenta disse que aguarda a resposta do Ministério Público. O deputado reclamou do fato de ter sido mencionado por veículos de imprensa que ele teria se recusado a contar quem foi o responsável pela denúncia. Destacou que a preservação das pessoas que fazem esse tipo de denúncia é "uma das regras básicas da política de Direitos Humanos". "Seria uma agressão eu revelar o nome do denunciante e um atentado ao Estado democrático de direito", acentuou.

Na última semana, o advogado de Marcondes Machado, Roberto Podval, denunciou que seu cliente foi chantageado pelo delegado federal Marlon Oliveira, coordenador das ações da Operação Zelotes, com a prisão da esposa. De acordo com Podval, o delegado teria procurado o lobista dizendo que se ele não aceitasse fazer delação premiada, Cristina Mautoni deixaria o regime de prisão domiciliar em que se encontrava e seria conduzida a um presídio.

Na denúncia recebida ontem pela Comissão de Direitos Humanos, as informações foram de que Cristina Mautoni chamou várias vezes os agentes pedindo que fosse conduzida a um banheiro. Ela terminou se urinando na cadeira de rodas. Cristina ainda não pode se locomover normalmente para tomar banho sozinha ou levantar-se e ir ao banheiro, em razão do período pós-cirurgia.

A empresária foi presa com o argumento de que representava "ameaça à ordem pública", pelo fato de ser casada com o lobista. Sua defesa pediu um habeas-corpus ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região argumentando não haver motivo para a sua prisão. Além disso, o casal tem uma filha de 14 anos que não tem com quem ficar.

A Operação Zelotes foi deflagrada em março do ano passado pela Polícia Federal para investigar as fraudes observadas no **Carf**. O escândalo, responsável pela mudança de multas e autuações de empresas por questões fiscais, pode ter contribuído com a sonegação de recursos da ordem de R\$ 20 bilhões.

Fazem parte da relação de investigados conglomerados empresariais como o grupo RBS (maior afiliada da Rede Globo), Gerdau, Votorantim, Ford, Mitsubishi, BRF (antiga Brasil Foods), Camargo Corrêa, os bancos Santander, Bradesco, Safra, BankBoston, Pactual, Brascan e Opportunity.

O pedido formal que o deputado encaminhou ao magistrado representando a Comissão de Direitos Humanos foi, por sua vez, enviado ao Ministério Público Federal para avaliação. A Polícia Federal divulgou, na tarde de hoje (26), que a empresária ficou numa sala onde são instalados todos os detentos recém-chegados e onde, de fato, não existe sequer um banheiro, mas logo depois teria sido transferida para outro local que é o mesmo onde ficou o senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

O órgão destacou, ainda, por meio de um memorando, que fez o pedido de detenção da ré porque não encontrou qualquer problema em suas condições de saúde que a obrigasse a cumprir prisão domiciliar. A informação é contestada pela defesa da empresária.

Paulo Pimenta disse que aguarda a resposta do Ministério Público. O deputado reclamou do fato de ter sido mencionado por veículos de imprensa que ele teria se recusado a contar quem foi o responsável pela denúncia. Destacou que a preservação das pessoas que fazem esse tipo de denúncia é "uma das regras básicas da política de Direitos Humanos". "Seria uma agressão eu revelar o nome do denunciante e um atentado ao Estado democrático de direito", acentuou.

Na última semana, o advogado de Marcondes Machado, Roberto Podval, denunciou que seu cliente foi chantageado pelo delegado federal Marlon Oliveira, coordenador das ações da Operação Zelotes, com a prisão da esposa. De acordo com Podval, o delegado teria procurado o lobista dizendo que se ele não aceitasse fazer delação premiada, Cristina Mautoni deixaria o regime de prisão domiciliar em que se encontrava e seria conduzida a um presídio.

Na denúncia recebida ontem pela Comissão de Direitos Humanos, as informações foram de que Cristina Mautoni chamou várias vezes os agentes pedindo que fosse conduzida a um banheiro. Ela terminou se urinando na cadeira de rodas. Cristina ainda não pode se locomover

normalmente para tomar banho sozinha ou levantar-se e ir ao banheiro, em razão do período pós-cirurgia.

A empresária foi presa com o argumento de que representava "ameaça à ordem pública", pelo fato de ser casada com o lobista. Sua defesa pediu um habeas-corpus ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região argumentando não haver motivo para a sua prisão. Além disso, o casal tem uma filha de 14 anos que não tem com quem ficar.

A Operação Zelotes foi deflagrada em março do ano passado pela Polícia Federal para investigar as fraudes observadas no **Carf**. O escândalo, responsável pela mudança de multas e autuações de empresas por questões fiscais, pode ter contribuído com a sonegação de recursos da ordem de R\$ 20 bilhões.

Fazem parte da relação de investigados conglomerados empresariais como o grupo RBS (maior afiliada da Rede Globo), Gerdau, Votorantim, Ford, Mitsubishi, BRF (antiga Brasil Foods), Camargo Corrêa, os bancos Santander, Bradesco, Safra, BankBoston, Pactual, Brascan e Opportunity.

Notícias do Dia - SC

Procurador acha difícil provar

27/01/2016

Ele diz que propina seria paga em dinheiro

Zelotes - Um dos procuradores da Operação Zelotes, Frederico Paiva, reconheceu que, embora haja indícios de que parlamentares tenham recebido propina durante a tramitação de medidas provisórias, dificilmente será possível comprovar.

"Parlamentar deve ter recebido. Agora, provar isso vai ser muito difícil, infelizmente", concluiu Paiva.

Ele disse que o "modus operandi" de dois dos réus - os lobistas Alexandre Paes dos Santos, o APS, e José Ricardo da Silva - dificulta o rastreamento de valores. "Houve saque de R\$ 1 milhão na boca do caixa. Na medida em que há cash, não se consegue rastrear mais", justificou. Segundo ele, o montante era guardado em um cofre a que apenas APS e Silva tinham acesso.

"A partilha era feita em dinheiro vivo, justamente para dificultar, e dificulta", afirmou Paiva, sem especificar, nesse caso, quem se beneficiava da divisão dos recursos.

Ele lembrou que para o MP está claro que parte da propina foi paga a Lytha Spíndola, ex-secretária de Comércio Exterior no Ministério do Desenvolvimento, e ao ex-diretor de Comunicação Social do Senado Fernando Cesar Mesquita. As defesas de ambos sempre que procuradas negam que os clientes tenham recebido vantagem indevida ou tenham participado na elaboração das medidas provisórias. Os advogados de José Ricardo da Silva e Alexandre dos Santos sustentam que seus clientes jamais subornaram quem quer que fosse.

Depoimento por escrito

A Justiça Federal determinou o prazo de 5 de fevereiro para a presidente Dilma se manifestar por escrito (prerrogativa de presidente da República) na ação penal referente à Operação Zelotes.

Ela prestará esclarecimentos a pedido da defesa do lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, que está preso. A data vale também a outros detentores de foro privilegiados arrolados como testemunhas. Deflagrada em 2015, a Zelotes mirou em suspeitas de pagamento de propina a integrantes do **Carf**, órgão que julga recursos de multas aplicadas pela Receita

Federal. Os investigadores apuram, ainda, se houve repasses ilícitos para aprovação de duas medidas provisórias que concediam benefícios fiscais à indústria automotiva.

Cenário MT

Câmara criará CPIs do Carf e da Fifa em fevereiro, diz Cunha

27/01/2016

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, afirmou nesta terça-feira (26) que serão criadas duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) em fevereiro. A primeira delas será a CPI para investigar um esquema de extinção de débitos tributários no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda onde contribuintes recorrem contra multas. A segunda CPI tratará de denúncias de corrupção contra dirigentes da Federação Internacional de Futebol (Fifa).

Cunha afirmou que a CPI do Carf será criada após o encerramento da CPI dos Maus-Tratos de Animais, cujo prazo termina na próxima quarta-feira (3). "A CPI do Carf é a primeira da fila. Não tem nenhuma escolha minha", declarou.

Já a CPI da Fifa será criada após o término da CPI do BNDES, que termina na semana seguinte ao Carnaval. A investigação foi sugerida pelo deputado João Derly (Rede-RS), que quer apurar o envolvimento de dirigentes da Fifa em crimes como fraude, suborno e formação de quadrilha.

Votações em Plenário

Eduardo Cunha informou que as votações no Plenário da Câmara começam na quarta-feira (3), em sessão extraordinária após as 17 horas, e prosseguirão na quinta-feira (4) pela manhã. Ele disse que a ideia é votar as três medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta.

O presidente da Câmara também pretende protocolar na terça-feira (2) os embargos em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as regras do processo de impeachment de presidente da República.

Operação Zelotes

A criação da CPI do Carf atende requerimento do deputado João Carlos Bacelar (PR-BA). A Operação Zelotes, deflagrada em março de 2015 pela Polícia Federal, já investiga crimes atribuídos ao conselho, como associação criminosa, lavagem de dinheiro e tráfico de influência.

No ano passado, uma CPI do Senado também investigou irregularidades nos julgamentos do Carf. Essa comissão concluiu os trabalhos em dezembro, com pedidos de indiciamento de suspeitos e recomendações de alteração na legislação tributária.

Já a Câmara dos Deputados instalou no ano passado uma subcomissão permanente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que vai acompanhar as investigações da Operação Zelotes. O relator da subcomissão é o deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

Segundo informações divulgadas pela imprensa, o esquema de fraudes pode ter provocado prejuízo de pelo menos R\$ 19 bilhões à Receita Federal.

Jornal de Brasília - DF

Erenice admite operação em conjunto com advogado preso

27/01/2016

Em depoimento prestado à Polícia Federal, a ex-ministra Erenice Guerra confirmou ter atuado com um dos investigados na Operação Zelotes por venda de sentenças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O envolvido, José Ricardo da Silva era, na época, conselheiro do órgão, ligado ao Ministério da Fazenda para julgar recursos de empresas

acusadas de sonegação. Chefe da Casa Civil de abril a setembro de 2010, durante o governo Lula, Erenice foi ouvida no inquérito sobre a suposta compra de medidas provisórias que prorrogaram incentivos fiscais a montadoras. Ela negou ter recebido oferta de propina para interferir em favor medidas provisórias. Titular de um escritório de advocacia após ter deixado o Planalto, Erenice admitiu atuação conjunta entre o escritório de advocacia dela e o JR Silva Advogados, de José Ricardo da Silva, preso na Operação Zelotes. José Ricardo da Silva foi conselheiro do Carf. O contrato definido entre os dois escritórios tinha como objetivo solucionar uma grande dívida da empresa chinesa Huawei, fabricante de produtos de informática que seria julgada em caráter definitivo justamente no Carf.

Quando os policiais federais perguntaram à ex-ministra se considerava ética a subcontratação de advogados para atuar no órgão em que eram nomeados como conselheiros, ela afirmou que conversou diversas vezes com José Ricardo, e que ele insistia que não havia impedimento para advogar junto ao Carf, mesmo sendo conselheiro do órgão. Erenice afirmou que seu irmão e sócio no escritório de advocacia, Antonio Eudacy Alves de Carvalho, pediu a ela para ajudar na nomeação de José Ricardo como conselheiro do Carf. Ela disse que não tinha influência para isso e que só se lembrou do pedido quando já tinha deixado a Casa Civil e teve seu sigilo de e-mails quebrado em uma investigação sobre suposto tráfico de influência, que foi arquivada.

SAIBA MAIS

Erenice admitiu que conhece outro lobista, Alexandre Paes dos Santos, conhecido como APS. Admitiu também que apresentou o lobista, hoje preso, a empresários. » Erenice foi com APS em uma viagem a São Paulo. Acha que a despesa foi paga por ela. Já APS disse que foi paga pela Rumo, empresa sob investigação no esquema.